



# Anais da Assembléia

N.º 24

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 20.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1984

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério, secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Artagão Mattos Leão.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 89/84

Curitiba, 04 de abril de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Ex-

celência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar no Departamento da Polícia Civil, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, 178 (cento e setenta e oito) cargos de provimento em comissão, símbolo 9-C, de Assistente de Segurança Pública.

A proposição ora formulada a essa augusta Assembléia Legislativa é necessária e oportuna, eis que virá dotar a Polícia Civil do Estado de um novo e importante instrumento legal com vistas ao melhor funcionamento da estrutura policial em municípios que não sejam comarcas, mas apenas distritos judiciários.

Na justificativa que me foi apresentada sobre o assunto, o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública esclarece:

"Existem atualmente no Estado do Paraná, de acordo com a classificação das unidades policiais civis, 384 (trezentos e oitenta e quatro) funções de Delegado de Polícia, as quais em grande parte são exercidas por elementos estranhos à Carreira Policial Civil.

Tendo em vista a impossibilidade do preenchimento destas funções, conforme determina a Constituição Estadual em seu artigo 56, inciso IV, o Regulamento da Polícia Civil (Decreto n.º 4.884/78), já prevê em seu artigo 95, inciso V, combinado com o artigo 97, § 3.º, a designação de "servidores policiais inativos, da reserva, ou cidadãos brasileiros de reconhecida idoneidade moral", que atendam às exigências previstas.

Os ocupantes destas funções não recebem qualquer remuneração dos cofres públicos, embora prestem relevantes serviços no resguardo da segurança da comunidade, enfrentando muitas vezes risco de vida e, até mesmo, despendendo recursos pessoais para o fiel desempenho de suas atribuições.

Assim sendo, visa a presente proposta regularizar esta situação, indefinida até o momento, com a criação de 178 (cento e setenta e oito) cargos em Comissão, símbolo 9-C, de Assistente de Segurança Pública, para o exercício de função policial civil, em substituição ao Delegado de Polícia de Carreira, nas unidades policiais civis de quinta classe, com sede em municípios considerados Distritos Judiciários".

Certo de que o anteprojeto de lei em causa merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Ficam criados no Departamento da Polícia Civil, 178 (cento e setenta e oito) cargos de provimento em comissão, símbolo 9-C, de Assistente de Segurança Pública.

Parágrafo único - Os cargos de que trata este artigo serão providos exclusivamente para o exercício da função prevista no § 3.º, do art. 97, do Decreto n. 4.884, de 24 de abril de 1978, em unidades policiais civis de quinta classe, com sede em municípios que são distritos judiciários.

Art. 2.º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 90/84

Curitiba, 04 de abril de 1984.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a abrir crédito adicional de Cr\$ 29.000.000.000,00 (vinte e nove bilhões de cruzeiros) ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n. 7.772, de 13 de dezembro de 1983.

Tal crédito visa dotar de maior volume de recursos orçamentários e conseqüente expansão no atendimento às áreas de saúde, bem-estar social, segurança, educação, habitação popular e apoio a microempresas.

Como recurso para cobertura do crédito adicional em causa, será utilizada a forma legal prevista no art. 43, § 1.º, inciso II, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro), ou seja o excesso de arrecadação que é previsto em decorrência da recente alteração da alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM, por legislação federal específica.

O anexo Ofício n.º 428/84, de 22 do corrente, da Secretaria de Estado do Planejamento, contém o necessário detalhamento quanto a alocação dos recursos referentes ao ora proposto crédito, nos diferentes programas que serão por ele atendidos.

Vale, por oportuno, ressaltar que os programas indicados para obtenção de recursos adicionais, refletem a constante preocupação do Governo do Estado em dar prioridade às áreas da atividade administrativa que mais de perto atendem aos le-

Curitiba, segunda, em 16/04/84

gítimos anseios da Coletividade.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional, no valor de Cr\$ 29.000.000.000,00 (vinte e nove bilhões de cruzeiros) para atender as seguintes programações:

I - Manutenção do Pessoal da Rede Municipal de Ensino alocado à Rede Estadual: Cr\$ 15.000.000.000,00

II - Extensão das ações de saúde, mediante interiorização e municipalização dos serviços: Cr\$ 5.662.000.000,00

III - Ampliação das ações de assistência social, por intermédio da PROMOPAR: Cr\$ 1.100.000.000,00

IV - Sulementação dos recursos alocados em Subvenção Social objetivando um melhor atendimento ao menor carente, por intermédio das Unidades Sociais: Cr\$ 1.438.000.000,00

V - Implantação de projetos-piloto de habilitação popular, de construção de alvenaria e solo-cimento, para atendimento de uma clientela situada na faixa de 1 a 3 salários-mínimos: Cr\$ 1.800.000.000,00

VI - Apoio a micro-empresas: Cr\$ ..... 1.000.000.000,00

VII - Ampliação das ações da Segurança Pública: Cr\$ 3.000.000.000,00

Art. 2.º - Servirá como recurso para o crédito de que trata o Art. 1.º desta lei, o excesso de arrecadação proveniente do aumento de um ponto percentual na alíquota do ICM.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria de Estado do Planejamento

PROPOSTA DE ALOCAÇÃO  
DE RECURSOS FINANCEIROS  
DO TESOURO DO ESTADO, ORIUNDOS DE  
PARTE DO ACRÉSCIMO DA RECEITA TRIBUTÁRIA,  
DEVIDO A APROVAÇÃO DA MINI-REFORMA  
(a) HERBERT A. AGE JOSÉ  
20 DE MARÇO DE 1984.

1. EDUCAÇÃO

Recursos Estaduais destinados à manutenção de Pessoal da Rede Municipal de Ensino alocado à Rede Estadual.

Transferência de recursos às Prefeituras Municipais, no valor de Cr\$ 1,5 x 10<sup>9</sup> (quinze bilhões de cruzeiros), dis-

tribuídos em 13 (treze) parcela - de janeiro a dezembro de 1984 - à base de 1 (um) salário mínimo por servidor municipal, integrante da Rede Municipal de Ensino e colocado a disposição da Rede Estadual, com reajustes semestrais de até 100% ao ano, por servidor, conforme cronograma abaixo.

"Cronograma de Desembolso Financeiro ref. Termo de Cooperação Financeira com Prefeituras Municipais".

PARCELAS/MÊS	VALOR	DATA	PGTO/MÊS
Janeiro	Cr\$ 986.842.105,00	Março	
Fevereiro	Cr\$ 986.842.105,00	Março	
Março	Cr\$ 986.842.105,00	Abril	
Abril	Cr\$ 986.842.105,00	Maio	
Maio	Cr\$ 1.105.263.158,00	Junho	
Junho	Cr\$ 1.105.263.158,00	Julho	
Julho	Cr\$ 1.105.263.158,00	Agosto	
Agosto	Cr\$ 1.105.263.158,00	Setembro	
Setembro	Cr\$ 1.105.263.158,00	Outubro	
Outubro	Cr\$ 1.105.263.158,00	Novembro	
Novembro	Cr\$ 1.473.684.211,00	Dezembro	
Dezembro	Cr\$ 1.473.684.210,00	Dezembro	
13.º sal.	Cr\$ 1.473.684.210,00	Dezembro	
TOTAL....	Cr\$15.000.000.000,00		

Fundação de Saúde  
Caetano Munhoz da Rocha/SESB

1.- Nos últimos 50 anos o número de habitantes do Estado cresceu muito rapidamente, ocupando-se todo o Território e aumentando, assim, a demanda por serviços de saúde, cuja oferta não acompanhou nem o ritmo da expansão demográfica, nem a distribuição espacial da população. Além disso, os movimentos migratórios internos nas duas últimas décadas e o aumento da pobreza nos últimos anos foram outros fenômenos importantes que geraram pressões sobre o sistema oficial de saúde comprometendo, de modo mais agudo, a sua capacidade de prevenção e de resolução dos problemas setoriais.

2.- Torna-se indispensável, pois, um maciço investimento no setor afim de adequar a oferta à demanda, integrando os serviços de saúde estaduais e municipais já existentes, criando novos serviços de atenção primária e de assistência odontológica, distribuídos de acordo com a geografia das necessidades-principalmente nas periferias urbanas e nos agrupamentos rurais - reativando clínicas odontológicas, melhorando e reaparelhando laboratórios de análises e hospitais e estruturando estes serviços em uma organização de complexidade crescente que possibilite melhor assistência à saúde.

3.- Este investimento, de que verá prolongar-se no triênio será, em 1984, da ordem de Cr\$ 5.661.853.000,00 (cinco bilhões, seiscentos e sessenta e um milhões oitocentos e cinquenta e três mil cruzeiros) e possibilitará o atingimento das seguintes metas:

- Construção e equipamento de 55 Postos Rurais de Saúde;
- Construção e equipamento de 110 Postos Urbanos de Saúde;
- Manutenção de Postos Rurais e Urbanos de Saúde;
- Construção de 22 Centros de Saúde;
- Reforma e Reequipamento de 82 Laboratórios;
- Manutenção de Laboratórios;
- Adequação da Rede Oficial de Hospitais;
- Ampliação e Reequipamento do Sanatório do Portão;
- Contratação de Pessoal para Setor Odontológico e outras despesas de manutenção;
- Instalação de 15 Clínicas odontológicas simplificadas;
- Aquisição de 11 veículos.

PROMOPAR

Com o aumento da pobreza, conseqüente do agravamento da situação social, os recursos destinados à promoção e à assistência social são nitidamente insuficientes. Assim, não só tornar-se impossível expandir os serviços para atendimento das necessidades crescentes como, também, compromete-se a eficiência das organizações direta ou indiretamente vinculadas à PROMOPAR.

É essencial suplementar o orçamento desta entidade afim de atingir-se plenamente, em 1984, as seguintes metas:

- Subvenção e orientação técnica à 722 entidades sociais;
- implantação de 4 unidades regionais no sul do Estado;
- apoio técnico-financeiro a 49 Prefeituras Municipais que mantêm centros Sociais Urbanos;
- conclusão de 10 obras de C.S.U's (Centros Sociais Urbanos), atualmente em andamento;
- implantação de novo "C.R.R.P." (Centro de Realização e Recuperação do Paraplégico).

Somando-se a necessidade de recursos financeiros na ordem de Cr\$.....  
...1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de cruzeiros).

Instituto de Assistência ao Menor - IAM

1.- Quando a situação sócio-econômica se deteriora, as crianças são o segmento mais

vulnerável da sociedade. O seu atendimento torna-se inadiável, não só pelos agravos do presente como pelas conseqüências futuras, muitas vezes irrecuperáveis destes agravos, de incapacitação bio-psicológica relativa ou de comportamento social disruptivo.

2.- Este atendimento por parte do IAM, face ao grande aumento do número de crianças carentes, se tem tornado cada vez mais custoso, superando as verbas orçamentárias da instituição. Há necessidade, pois, de suplementação das despesas de custeio da ordem de Cr\$ 1.438.147.000,00 (um bilhão, quatrocentos e trinta e oito milhões, cento e quarenta e sete mil cruzeiros) afim de que, em 1984, se possa manter em andamento os programas desenvolvidos pelo IAM.

3.- Estes programas envolvem a manutenção de 15 Unidades Sociais Oficiais e a renovação e/ou ampliação de convênios com 258 Unidades Sociais Particulares, além da implantação de 15 novos convênios para o atendimento à criança carente do Estado.

### 3. HABITAÇÃO

#### Habitação Popular - "Projetos-Piloto"

Os projetos-piloto de habitação popular, propostos pela SEIN/COHAPAR, atenderão à clientela situada na faixa de 1 a 3 salários mínimos com construções de alvenaria e solo cimento em lotes de aproximadamente 280 m<sup>2</sup>, obedecendo à seguinte distribuição:

LOCAL	UNIDADES	CUSTOS (UPC)
PONTA GROSSA	80	23.709,30
GUARAPUAVA	152	42.020,02
TOLEDO	100	24.546,25
SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	160	30.799,92
MARINGÁ	87	28.788,00
TOTAL	579	149.863,49*

\* Este valor representa a custos de março/84, Cr\$ 1,130 bilhão.

Os encargos de construção obedecerão à seguinte composição de investimentos:

TERRENO.....Prefeituras Municipais  
CONSTRUÇÃO/TAXAS/DIVERSOS.....Governo do Estado  
INFRA-ESTRUTURA ...Governo do Estado (Redes de Água e Energia Elétrica) e prefeituras Municipais (Restante da Infraestrutura)

São as opções de tipos e áreas de construção, variando dentro de um padrão modular:

BWC ..... 2,73m<sup>2</sup>

BWC + COZINHA ..... 17,21m<sup>2</sup>  
BWC + COZINHA + QUARTO ..... 24,59m<sup>2</sup>  
BWC + COZINHA + QUARTO + SALA.... 34,03m<sup>2</sup>  
BWC + COZINHA +3 QUARTOS + SALA.. 49,49m<sup>2</sup>

Propõe-se para amortização dos recursos alocados pelo Tesouro do Estado, a seguinte sistemática:

FINANCIAMENTO: Operação entre COHAPAR ou Prefeitura Municipal e o adquirente da habitação.

AMORTIZAÇÃO: Em prestações mensais sendo o valor da 1.<sup>a</sup> prestação calculado com base no valor do financiamento unitário.

PRAZO DE AMORTIZAÇÃO: 120 meses a contar do término da carência.

PRAZO DE CARÊNCIA: 3 meses após o recebimento da última parcela do empréstimo individual.

CORREÇÃO MONETÁRIA: Anual de acordo com a variação do salário mínimo regional.

TAXAS DE JUROS: 0 (Zero).

EMPRÉSTIMO INDIVIDUAL: Valor da construção, isto é, material mais mão-de-obra mais parte da infraestrutura.

### 4. PROMICRO

#### PROGRAMA DE APOIO À MICRO-EMPRESA PROMICRO

O Governo do Estado do Paraná continuará apoiando as micro-empresas do setor privado em decorrência dos benefícios até o presente principalmente no que tange à geração de empregos.

Assim sendo, o apoio dar-se-á pela ação do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A - BADEP, o qual objetiva integrar a micro-empresa na economia do Estado por intermédio da assistência financeira e técnico-gerencial.

A importância desse segmento empresarial na composição do Setor Industrial traduz-se pela expressiva potencialidade de expansão da produção, utilização de tecnologia apropriada e geração de novas oportunidades de emprego.

Tudo isto leva o Governo do Estado a participar do esforço do Programa PROMICRO, pela alocação de 1,0 bilhão de cruzeiros, em 1984.

### 5. SEGURANÇA

#### Programa de Segurança Pública

Os investimentos de Segurança Pública serão aplicados em dois setores:

#### 1. Polícia Civil:

- Reparos em Delegacias do interior;
- Construções de Delegacias em municípios novos;
- Equipamentos de rádio-comunicação para o interior;

- Carros especiais para presos e cadáveres;
- Equipamentos operacionais;
- Combustíveis (gasolina e álcool).

**2. Polícia Militar:**

- Construção de Módulos da Polícia Militar na Capital e interior;
- Viaturas para atendimento desses módulos;
- Equipamento operacional;
- Combustíveis (gasolina e álcool).

Os recursos necessários ao atendimento destes programas montam um total de Cr\$...  
...3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros).

**À Diretoria Legislativa.**

Mensagem N.º 91/84.

Curitiba, 04 de abril de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio EBTU n.º 007/84, celebrado em 15 de fevereiro de 1984, entre o Estado do Paraná, o Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, figurando como intervenientes a Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, a Secretaria de Estado do Planejamento, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Instituto de Pesquisas e Planejamento de Curitiba, tendo por objetivo a execução e implementação de projetos, obras e serviços de pavimentação de vias utilizadas pelos transportes públicos em áreas onde residem populações de baixa renda.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

**À Diretoria Legislativa.****Requerimentos:****REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 066/83, de sua autoria, com a seguinte Emenda:

"ESTABELECE A APLICAÇÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DOS DÉBITOS DECORRENTES DE FATURAS REFERENTES A OBRAS E SERVIÇOS DE

ENGENHARIA EXECUTADOS PARA O ESTADO DO PARANÁ E SEUS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, NA FORMA COMO ESPECIFICA".

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a tramitação em REGIME DE URGÊNCIA, do Projeto de Lei n.º 73/83, que declara de Utilidade Pública, a augusta e respeitável Loja Maçônica LOTUS n.º 1284 "O Direito Humano", desta Capital.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) PÉRICLES PACHECO.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Gorski, ocorrido em Cascavel no dia 13 do corrente.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, inserção na Ata da presente sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido no dia 13 do corrente, na cidade de Cascavel do Senhor Paulo Gorski.

O extinto encarnou em vida a imagem do político atuante e de grande prestígio dentro das ostes partidárias em todo o Estado do Paraná.

Perde o Paraná com a morte de Paulo Gorski uma das maiores figuras políticas e esse motivo é um dos mais justificados para se registrar nesta Casa expressão de luto e do sentimento da comunidade paranaense.

Contava Paulo Gorski com 59 anos de idade e deixou viúva a Senhora Leonilda Zotti, três filhos: Valéria, Valesca e Paulo.

Requer ainda, uma vez aprovado o presente requerimento se dê ciência à família enlutada na pessoa da Senhora Leonilda Zotti, na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(aa) FUAD NACLI e NELSON BUFFARA.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inscrito na ata dos trabalhos de hoje, um voto

de profundo pesar pelo passamento da Senhora IDALINA SCHERER, ocorrido dia 06 do corrente. A extinta era genitora do Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon.

Outrossim, requer, que da decisão do Plenário seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) WERNER WANDERER.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário inserção na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. OSCAR VIRMOND DE ARRUDA, ocorrido ontem em nossa Capital.

Promotor Público de Guarapuava e Campo Largo, Juiz de Direito em Foz do Iguaçu, ex-suplente de Deputado Estadual e ex-Diretor da COPASA, o Dr. OSCAR ARRUDA deixou a esposa Senhora ELZE MARTINS ARRUDA e os filhos JOÃO JOSÉ, IONE, DENISE, ELIANA e CLEIDE, para quem juntamente com seus amigos e parentes, bem como para a comunidade do Estado do Paraná, seu falecimento representa perda irreparável.

REQUER, outrossim, que do presente seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, nesta Capital, do Dr. Francisco de Paula Xavier Filho.

O extinto, vulto altamente conceituado em todo o Estado, tendo exercido as funções de Juiz de Direito em diversos Municípios, galgou com competência e dignidade todos os degraus da Magistratura, tendo exercido com brilho e dignidade invulgares a Presidência do Poder Judiciário, onde revelou, a par da competência e amor à Justiça, que sempre pautaram seus atos, que um grande homem pode exercer as mais destacadas funções, sem deixar de ser uma pessoa simples e humilde e, mais ainda, um pai de família exemplar.

Seu falecimento deixa grande consternação na sociedade paranaense, que hoje pranteia o passamento de um dos seus vultos mais ilustres.

Felos motivos expostos, requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUEREM seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Desembargador FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO, Cidadão Benemérito do Paraná.

Senhor Presidente.

Os Deputados que a este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento ocorrido nesta data, do Desembargador FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO - Cidadão Benemérito do Paraná - dando-se ciência ao Chefe do Poder Judiciário, assim como aos familiares do "de cujus", na pessoa de sua esposa, Da. YONNE CATTA PRETA DE PAULA XAVIER.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

A exposição de motivos que acompanhou o projeto de lei pelo qual se concedeu o título de "Cidadão Benemérito do Paraná" ao Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, assinada por todos os Parlamentares que compunham as Bancadas de ambos os Partidos que atuavam nesta Casa, que ora anexamos ao presente, por si só dispensa qualquer outro adendo, nesta data em que o Paraná perde um de seus mais ilustres filhos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, do Sr. JOSÉ DE SOUZA VALENTE.

O extinto, antigo servidor desta Casa, faleceu aos 89 anos, deixando lacuna irreparável, pois nas suas atividades dentro do corpo de funcionários desta Casa, sempre se conduziu com maneira das mais elogiáveis.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento

do Dr. OSCAR VIRMOND DE ARRUDA, advogado pioneiro na Região Central do Paraná, tendo sido Promotor de Justiça na Comarca de Guarapuava e candidato à Assembleia Legislativa pela região de Ivaiporã. Atualmente residia na "Fazenda do Bugre", Município de Jardim Alegre.

Requer ainda que, do presente pronunciamento, se dê ciência aos seus familiares enlutados, à Rua Carlos de Carvalho, 1430, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Gorski, ocorrido em Cascavel, e que seja enviada cópia à família enlutada, na Rua Belo Horizonte, 1225, à Câmara Municipal e ao Vereador Paulo Gorski Filho, na Av. Paraná, 2591, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva prestar uma justa homenagem a um homem que sempre cultivou a paz e o amor. Que sempre disseminou a harmonia e que sempre regou os canteiros da felicidade, porque no seu coração generoso nunca houve lugar para sentimentos menores. Sua filosofia de vida foi marcada pela certeza de que só o entendimento entre os homens pode construir o futuro. E nos seus 60 anos de vida, sempre pegou este entendimento, que considerava estar acima dos partidos políticos e dos sentimentos ideológicos.

Nem a doença que o levou ao leito e depois à morte foi suficiente para abalar a sua fé em Deus e no amor.

Até o último momento marcou sua presença em público pelo sorriso de esperança. Homens como Paulo Gorski são eternos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário desta Casa, respeitosamente REQUER, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. OSCAR VIRMOND DE ARRUDA, deixando viúva a Senhora Elze Martins Arruda e seis filhos: Ione, Denise, Neusa, Eliena, Cleide e João. O extinto descendia de duas das mais tradicionais famílias radicadas no Paraná, causando profunda consternação nos meios sociais e jurídicos do Estado. Requeiro, ainda, seja cientificada da decisão desta

Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO.

Apoiamento:

Werner Wanderer, Gilberto Carvalho e Francisco Escorsin.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja suspensa a sessão do dia 19 do corrente para que nesta data sejam realizadas reuniões das Comissões.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(aa) NILSO SGUAREZI

Líder do PMDB

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a suspensão da tramitação do Projeto Lei n.º 36/84, e o seu posterior arquivamento em definitivo.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, que seja cancelado o pedido de suspensão da Sessão Plenária do dia 25 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

#### JUSTIFICATIVA:

O motivo que me leva a solicitar o cancelamento do requerimento pedindo a suspensão da sessão do dia 25 de abril, data em que o Congresso Nacional aprecia a emenda Dante de Oliveira que restabelece eleições diretas para Presidente da República - Já, é que o Comitê Pró-Diretas do Paraná vai realizar na passagem do dia 24 para 25 de abril uma vigília cívica neste plenário visando acompanhar, daqui, o mesmo acontecimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente às Secretarias de Estado da Agricultura e da Indústria e Comércio, para que seja formado um Grupo de Trabalho, com a missão de estudar o aproveitamento

do trigo e do milho, a partir de moinhos coloniais.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(aa) NILSO SGUAREZI

ACIR MEZZADRI

#### JUSTIFICATIVA:

Realmente, percebe-se o retorno aos anos quarenta, onde o agricultor moía seu trigo para fazer o pão.

Naquela época, existia uma necessidade de apresentar o campo como a salvação brasileira, daí advindo a política protecionista aos grandes latifúndios que foram, na realidade, os financiadores da revolução de 30.

Mas, naquela época, a paisagem se apresentava, até, com um aspecto bucólico, onde se via o homem retirando do solo o seu sustento, e dali produzindo as belas iguarias que nossos colonizadores trouxeram para o Brasil, modificando o nosso consuetudinário e algumas políticas sendo implantadas, tais como a dos subsídios a determinadas matérias-primas, principalmente a do trigo.

Ora, com esta política, saía mais barato se comprar o pão feito do que se plantar o trigo ou o milho, e, desta forma, paulatinamente, foi sumindo de nossas atividades, a utilização do Moinho Colonial.

Agora, novamente, o passado virou notícia. Com a retirada gradual dos subsídios a todo e qualquer produto final que leva componentes como o trigo e milho, provocando, novamente, a necessidade de se voltar ao passado, de se viver do produto da terra, sem multinacionais, sem defensivos agrícolas, sem "royalties" de tecnologia. Simplesmente, voltamos a produzir o nosso pão.

Males que vêm para bem, ou qualquer jargão popular que se pretenda aplicar, mas a realidade aí está. Temos de encontrar caminhos alternativos para enfrentar a nossa realidade subdesenvolvida que se encontra revestida ou travestida em semi-desenvolvida.

Com esta nova realidade, talvez o trigo paranaense viaje menos e permaneça em nosso Estado, produzindo riquezas internas, ao invés de abastecer os moinhos santistas da vida, no Estado de São Paulo.

Apenas política paranista?

Não, também luta pela sobrevivência.

E a solução seria voltarmos ao nosso folclórico Moinho Colonial.

Alguns Estados, como o Rio Grande do Sul, já estão implantando esta sistemática, para tentar fazer frente à nova política delfiniana para os produtos agrícolas de consumo interno, pois, para o mercado

externo, tudo continua na pose do "dolce far niente".

Precisamos elaborar programas, a nível da Secretaria de Agricultura, para um incremento à produção de milho e trigo destinados ao consumo do próprio agricultor e sua comunidade, pois não é mais possível dedicar-se exclusivamente à produção visando a venda e, conseqüentemente, o lucro.

E, com este propósito, aliar-se à Secretaria da Indústria e Comércio, e incentivar a implantação de moinhos coloniais para beneficiar aqueles produtos, sem, contudo, comercializar, e sim, prestar serviços ao produtor.

Com tais medidas, além de uma adequação do abastecimento, teríamos a oferta de mão-de-obra, problema crucial em nossos dias.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, DD. Secretário de Estado da Administração, solicitando sejam tomadas providências, através da EMOPAR, objetivando reparos urgentes no Colégio "Doze de Novembro"- Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no Município de Realeza.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação nos foi encaminhada pela Associação de Pais e Mestres e Direção do Colégio "Doze de Novembro" que, sensibilizados com as necessidades dos educandos, determinaram um levantamento e conseqüente orçamento, através de engenheiro civil, cuja cópia estamos anexando para conhecimento da Secretaria de Administração.

Como se pode constatar, o referido colégio encontra-se funcionando em precárias condições, o que nos leva a encarecer providências urgentes ao órgão competente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo a realização de obras na Escola Estadual Polivalente em Goio-Erê.

As obras solicitadas são de adaptação



das instalações já existentes, capazes de condicioná-las ao funcionamento de um consultório para atendimento odontológico, ao conjunto de alunos.

Tal pedido é feito a essa Secretaria de Estado da Administração juntamente com a EMOPAR, em face de que aquela instituição educacional não dispõe de recursos orçamentários próprios que permitam a realização e custeio da obra ora reivindicada.

Neste sentido, espera-se a adoção de medidas que venham de encontro à solicitação ora exposta, uma vez que permitiria sem dúvida alguma, o oferecimento de um importante atendimento no setor de saúde da escola em Goio-Erê.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja oficiado aos Presidentes dos Diretórios Regionais paranaenses de todos os Partidos políticos, solicitando-lhes que, em dimensão supra-partidária, hipotetem solidariedade à causa democrática e à representatividade popular em especial, posicionando-se contrariamente ao pedido formulado pelo Diretor Regional do DENTEL, coronel Waldemar Osvaldo Bianco, no sentido de enquadrar o Deputado Estadual Roberto Requião na Lei de Segurança Nacional, para que o próprio STM possa auferir que esta infeliz iniciativa é uma afronta à classe política do Paraná.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado aos Presidentes dos Diretórios Regionais paranaenses de todos os partidos políticos, solicitando-lhes que se manifestem contrários à proposta de enquadramento do Deputado Estadual Roberto Requião na Lei de Segurança Nacional, por motivo de haver o parlamentar sugerido radiofonicamente que "os ouvintes contatassem os Deputados federais, em Brasília, cobrando seu posicionamento na votação da emenda das diretas." Ora, os Parlamentares são representantes do povo, e alertar a população para que esta exija dos seus representantes um comportamento que de fato espelhe a sua vontade, é pedir o óbvio, o elementar, a ressoância mais coerente do beabá democrático. A semântica da subversão que se pretende inocular em mensagem de conscientização política é, no máximo, produto doentio da ótica dedurista inserida no pedestal anacrônico da picaretagem, que insiste em semear a cântaros a alienação popular.

O Paraná, recém egresso do calvário de Juvêncio Mazzarollo, tardiamente absolvido pelo Supremo Tribunal Federal, não pode assistir impassivamente a mais uma investida capitaneada por coronelescos imperativos que desservem à causa democrática, principalmente num momento em que, dos campos e vilas, praças e avenidas, nosso povo, sedento de integração, está contagiado pelo ideal de participar e que, a plenos pulmões, está entoando a canção da liberdade.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Deni Schwartz, solicitando informações sobre o projeto da estrada que liga Vera Cruz do Oeste a Toledo - a chamada estrada da integração do Oeste. Se existe algum estudo que altera o traçado dessa rodovia, que não mais ligaria Toledo a Vera Cruz e, sim, Toledo ao Distrito de Santa Teresa.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) EDGAR PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

Em recente visita que fizemos a Vera Cruz do Oeste percebemos certa inquietação das lideranças daquela comunidade diante de especulações e versões que sustentam mudanças no traçado original daquela estrada ligando Vera Cruz a Toledo.

Segundo dizem, o novo trajeto a ser elaborado ligará Toledo ao Distrito de Santa Teresa, no Município de Cascavel, prejudicando o anseio da comunidade veracruzense que tem como certo o compromisso do Sr. Governador quanto ao asfaltamento daquela estrada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, REQUEREM, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Haroldo Correia de Mattos, Ministro das Comunicações, solicitando especial atenção ao plano de expansão do SERCOMTEL de Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(aa) MÁRCIO ALMEIDA

HOMERO OGUIDO

FIORI LUIZ

ANTÔNIO BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

Na semana passada, Senhor Ministro, a comunidade londrinense, Deputados Esta-

duais, Federais, Secretários e a Prefeitura, estiveram reunidos para discutir o problema da expansão dos Serviços de Telefonia no Município de Londrina, que desde a sua fundação vem trazendo o que de melhor uma cidade pode exigir no setor.

A comunidade inteira decidiu e a Prefeitura está decidida a expandir os serviços, mesmo em revelia de seu Ministério e da TELEBRÁS.

Não é uma decisão isolada Senhor Ministro, não é um pedido de partido, mas sim de uma comunidade que acredita e está satisfeita com os serviços prestados pelo SERCOMTEL. Além disso existe ainda a questão emocional, o carinho com que este serviço é administrado, trazendo ao município a certeza e a comprovação de sua capacidade de servir à sua comunidade.

Numa das correspondências enviadas pelo Ministério, com a intenção de pressionar a administração, o Ministério se recusa a autorizar e conceder os benefícios necessários à realização da expansão tão necessária. Aproveitamos para assegurar-lhe, Sr. Ministro, que o município vai conseguir, mesmo sem a devida autorização, o seu crescimento, uma vez que toda a comunidade está decidida a isso. E, como bem sabe, quando a comunidade quer, a realização está a um passo.

Por isso pedimos a atenção especial para com o caso, principalmente porque é necessário o bom entendimento entre Governo e Município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, Dr. JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER; ao Presidente do IPE, Dr. MAX ROSENMAN, solicitando a instalação de uma agência do IPE no Município de Grandes Rios.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação sintoniza a política do governo estadual, buscando melhorar o atendimento ao funcionalismo estadual. Por outro lado, tal medida encontra o devido respaldo da comunidade, em especial junto aos seus mais de 77 funcionários públicos estaduais, diretamente beneficiados.

Pelo exposto, acreditamos ser justo e necessário o atendimento a essa reivindicação comunitária, à qual nos somamos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, Dr. JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER; ao Presidente do IPE, Dr. MAX ROSEMMAN, solicitando a instalação de uma agência do IPE no Município de São Pedro do Ivaí.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação sintoniza a política do governo estadual, buscando melhorar o atendimento ao funcionalismo estadual. Por outro lado, tal medida encontra respaldo na comunidade, em especial junto aos seus mais de 72 funcionários públicos estaduais.

Pelo exposto, acreditamos ser justo e necessário o atendimento a essa reivindicação comunitária, para o que nos somamos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor secretário de Estado da Administração, no sentido de que as referidas autoridades determinem, urgentemente, providências necessárias à Coordenadoria de Construções e Reparos da Secretaria de Estado da Administração e à EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, para a realização imediata das obras de reparos, reconstruções e adaptações dos prédios dos seguintes estabelecimentos de ensino, do Município de Ponta Grossa, conforme levantamento técnicos e orçamentos quantitativos e de preços já elaborados pela EMOPAR e que estão na SEAD aguardando somente a autorização competente do Senhor Secretário de Estado da Administração:

- Escola Estadual 31 de Março;
- Escola Professor José Elias Rocha;
- Escola Pe. Carlos Zelesny;
- Instituto de Educação Cesar Prieto Martinez;
- Escola General Osório;
- Colégio Professor Meneleu Almeida Torres;
- Colégio Regente Feijó;
- Anexo Colégio Regente Feijó;
- Escola Vila Vicentina;
- Colégio Professor João Ricardo Borel Du Vernay;
- Escola Polivalente;
- Escola Dr. Munhoz da Rocha;
- Escola General Antonio Sampaio;
- Escola Professor Becker e Silva;
- Colégio Presidente Kennedy;

- Escola Professor Júlio Theodorico;
- Colégio Professor Colares;
- Escola Maestro Bento Mossurunga;
- Escola Senador Correia;
- Escola Professor Amálio Pinheiro;
- Escola Epaminondas Novaes Ribas.

\* FONTE: Ofício DS 378/84, de 02 de abril de 1984, da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

(01) Os estabelecimentos de ensino citados estão necessitando de reparos há mais de doze (12) meses, pois a maioria sofreu a sua última recuperação no ano de 1980.

(02) Alguns de tais prédios estão sem condições de utilização para a finalidade escolar, colocando em risco a saúde, a higiene e a segurança dos alunos que os frequentam.

(03) A necessidade urgente em recuperar as instalações físicas de tais estabelecimentos, é condição sem a qual não será possível a continuação das aulas dentro dos critérios mínimos desejados pelos professores e alunos, com a aprovação de toda a comunidade pontagrossense.

(04) A entidade técnica especializada pertencente ao Governo do Estado (EMOPAR), já realizou os levantamentos, orçamentos e demais dados técnicos cabíveis, o que vem corroborar na justificativa do presente requerimento, demonstrando, assim, de forma irrefutável, ter procedimento os reclamos para as medidas de urgência no atendimento desta solicitação, de interesse de toda a população pontagrossense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Ilustríssimo Senhor Presidente do ITC - Instituto de Terras e Cartografia, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo a realização de estudos devidos quanto à viabilidade de se proceder a implantação e orientação técnica para a criação de peixes na municipalidade de Peabiru.

É cada vez mais acelerada a extração, pelo homem, das riquezas naturais sem ter as devidas preocupações com critérios que garantam a não extinção do conjunto de tais potenciais.

O solo, as vegetações e os mananciais hídricos, são onde se evidencia mais estes aspectos, tornando-se imprescindível que se coloque no plano prático ações que possam resultar na preservação e recuperação

do meio ambiente.

Dentre as inúmeras políticas de preservação, destaca-se a piscicultura, a arte de criar e multiplicar peixes, cujos benefícios vão desde a sobrevivência de várias espécies até a utilização do produto como alimento sadio e barato, contribuindo inclusive na recuperação dos rios.

Em razão dos motivos ora apresentados, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Agricultura, juntamente com o ITC, intensifique e desenvolva novos apoiamentos à piscicultura, a começar por Peabiru, haja vista a grande preocupação demonstrada, através da iniciativa do excelentíssimo Senhor Olávio da Silveira, Presidente da Câmara Municipal daquela cidade.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, no sentido de que sejam realizados estudos visando o apoio na construção de canchas polivalentes na Municipalidade de Juranda.

Apenas há dois anos que Juranda tornou-se município, desmembrando-se de Mamborê, tendo o primeiro Prefeito e a formação de sua primeira Câmara Municipal. Tal fato faz com que não somente os que ocupem tais funções públicas, mas o conjunto da população, estejam empenhados em superar as dificuldades iniciais decorrentes de sua pouca idade de emancipação política e administrativa. E não são poucas as problemáticas, existindo toda uma infra-estrutura a ser implantada para assegurar a melhoria efetiva das condições de vida dos cidadãos.

Neste sentido, no que se refere ao setor esportivo, o município não conta com nenhuma quadra esportiva de caráter público, o que tem com isto, levado a juventude em especial, pedir à administração municipal o apoio necessário para a construção de tal obra. Porém por sua vez, segundo o Excelentíssimo Senhor Diemes Amadei, afirmando que o Município de Juranda não dispõe de recursos próprios, havendo a real necessidade de obter dessa Secretaria de Estado o devido apoio através da liberação de verbas.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, objetivando apoio à conclusão de uma quadra esportiva existente na Escola Salles de Oliveira, pertencente à municipalidade de Campina da Lagoa.

Tendo em vista o recebimento de correspondência do Digníssimo Diretor daquele estabelecimento educacional o Senhor João Antônio Micena Machado, este afirma que tem enfrentado diversos problemas, destacando-se no entanto, a paralização, já há bastante tempo, da quadra de esportes.

Já há bastante tempo inclusive, que a aula de educação física retirada das formas curriculares ante a inviabilidade de praticá-la, notadamente para os alunos que estudam no período noturno, na maioria, residentes na zona rural.

A conclusão da referida cancha não pode ser realizada através de recursos próprios pela Escola Salles de Oliveira, daí surgida a real necessidade de obter o apoio dessa Secretaria de Estado da Administração e EMOPAR, vindo a proporcionar o cumprimento da Lei 5692, que regula o Ensino a nível de Primeiro e Segundo Graus, onde prevê claramente a prática de educação física como obrigatória.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Richa, Governador do Estado, solicitando, em caráter de urgência, providências quanto à construção da rodovia Cambé-Vila Prado-Ferreira, Município de Mirassella.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

Na última reunião da AMEPAR - Associação dos Municípios do Médio Parapanema, quando participaram 23 prefeitos, foi retomada uma discussão antiga: a construção da Estrada Cambé-Vila Prado Ferreira, no Município de Mirassella.

Não só estes dois municípios (Cambé e Mirassella), serão beneficiados, mas pelo menos 10 municípios diretamente. E, toda uma região indiretamente.

A área de influência desta rodovia vai servir de apoio entre o meio produtor e o industrial. São 2.930 km<sup>2</sup> de uma região altamente fértil que representa dois terços das melhores terras agricultáveis do

país.

As atividades desenvolvidas são: café, soja, trigo, feijão, milho, gado de corte e leiteiro, aves, ovos, cebola e açúcar.

As dificuldades enfrentadas pelos produtores são baseadas na falta de uma rodovia pavimentada para ligar a produção, com a industrialização que está baseada em Cambé e Londrina, encurtando em 20 km a distância.

O ICM gerado pelos municípios envolvidos foi da ordem de Cr\$ 15.000.000.000,00 em 1983.

Serão beneficiados os Municípios de Mirassella, Florestópolis, Porecatu, Centenário do Sul, Jaguapitã, Bela Vista do Paraíso, Alvorada do Sul, Lupionópolis e Cafeara, num total de 200.000 pessoas.

Além dos dados citados existe ainda uma questão de relevância, que é a memória de um líder político da região, o ex-prefeito Roberto Conceição, que tinha nesta obra um de seus ideais. Roberto Conceição, oriundo do PTB, foi um dos fundadores do PMDB do Paraná. Lutou contra a ditadura militar, foi preso em 1964 por não aceitar o arbítrio que então se implantava.

Ideal que o levou à Prefeitura de Cambé, imbuído dos mesmos princípios que o colocou em destaque entre os políticos de oposição. Faleceu prematuramente em 1979, quando tratava de interesses do seu município.

O fato de não ter conseguido participar do governo democrático, instalado no Paraná, não ofusca a sua participação na luta que culminou com este fato.

Nesta oportunidade em que os destinos do Estado estão nas mãos de seus correligionários, seria ideal que ele fosse lembrado através da construção desta rodovia que era um de seus sonhos e compromissos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Erasmo Garanhão, Secretário das Finanças do Estado do Paraná, solicitando a implantação do Projeto Gralha Azul no Município de Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

Embora Londrina seja a terceira cidade do Sul do País, a administração municipal enfrenta sérios problemas, principalmente no que diz respeito à manutenção e execução de obras de infra-estrutura.

A dívida, herdada pela atual administração, ultrapassada a casa dos noventa bilhões de cruzeiros. Por isso e em decor-

rência da necessidade de se pagar, pelo menos os juros, é que o Prefeito Wilson Moreira, vem trazendo apenas o estritamente necessário ao município. Isto de uma forma consciente e responsável para, com justiça, atender as prioridades.

Diante desta situação e por este espírito administrativo é que solicitamos a implantação do Projeto Gralha Azul naquele município. Tal projeto vem ao encontro da filosofia da municipalidade, como também aos anseios da população que tem demonstrado compreensão e participação nas decisões administrativas.

O Gralha Azul que visa, através da participação da comunidade, planejar e definir as prioridades em obras e ao mesmo tempo conscientizar a população a canalizar os recolhimentos da TRU, IPTU, INCRA, Luz, Água, Telefone, IPI, Imposto de Renda, PIS, Finsocial e outros encargos ao BANESTADO (que irá financiar as obras com juros subsidiados) será bem recebido pela comunidade e pela administração.

Londrina, Sr. Secretário, vem demonstrando este espírito e por isso tenho certeza que a implantação deste projeto será um sucesso.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, solicitando daquela Secretaria melhores condições para o funcionamento da 18.<sup>a</sup> Sub-Divisão Policial de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) PÉRICLES PACHECO

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz, tendo em vista que a referida Sub-Divisão possui apenas duas viaturas oficiais, sendo um Ford Belina e um Volkswagen; a primeira está parada, por problemas no motor e a segunda já se encontrando em péssimas condições não oferece segurança na sua utilização. Esses veículos tem uma cota irrisória de combustível ou seja de quinze litros de álcool para cada plantão de 24 horas, para atendimento a toda a região. Quanto ao pessoal, estão atualmente lotados naquela Sub-Divisão: cinco agentes de segurança, dois escrivães, um detetive e dois delegados. Como o atual Governo dá a Segurança da população ênfase especial em sua administração, desejamos através deste requerimento dar ciência, sobre as condições da Sub-Divisão e esperamos suas providências.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido de que sejam tomadas medidas cabíveis para a construção urgente de um módulo escolar, na cidade de Ipiranga.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

#### JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Dr. Claudino dos Santos da cidade de Ipiranga apresenta-se em precárias condições de funcionamento, visto que, a Coordenadoria de Saneamento do Meio, da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, através do 3.<sup>o</sup> Distrito Sanitário, lavrou o auto de infração, por não estar a referida Escola de acordo com os artigos 139 § 1.<sup>o</sup> e § 6.<sup>o</sup>, Art. 140, Art. 295 e Art. 15 § 1.<sup>o</sup> do Código sanitário do Estado.

Por essas deficiências comprovadas é que se faz a presente reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando a instalação de um aparelho telefônico na Inspeção Estadual de Educação, no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente reivindicação pela necessidade que a Inspeção tem, em manter contato permanente com os diversos órgãos de ensino, dos quais há grande distância e há falta de aparelho telefônico nas proximidades da mesma.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja oficiado à Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando a instalação de um aparelho telefônico na Escola Estadual "Telêmaco Borba" - Ensino de Primeiro Grau, no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se faz e se justifica em razão da Escola estar situada distante do centro da cidade, e há falta

de aparelho telefônico nas proximidades da mesma.

A instalação de um aparelho telefônico viria facilitar e muito o atendimento das crianças ali assistidas, entre outras, no setor médico, já por diversas vezes necessário e de difícil acesso.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente, a Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando providências daquele órgão visando a ligação asfáltica da estrada que liga Formosa do Oeste, passando por Bela Vista a São Joaquim até o Município de Nova Aurora.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1964.

(a) FUAD NACLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente naquele trecho de estrada de grande importância para aquela região, vem trazendo inúmeras dificuldades ao transporte das safras agrícolas, produzidas naquela rica região de nosso Estado, face ao seu péssimo estado de conservação.

Dos mais justos é o reclamo da sua laboriosa população para que os órgãos públicos a socorram nesta reivindicação que ora estamos encaminhando.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a sua Excelência o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, solicitando imediatas providências daquele órgão visando o asfaltamento da rodovia que liga os Municípios de Mirassol a Centenário do Sul.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) FUAD NACLI.

#### JUSTIFICATIVA:

A estrada que liga Mirassol a Centenário do Sul, vem apresentando um fluxo dos mais intensos no escoamento das safras agrícolas que vêm sendo produzidas naquela rica região de nosso Estado. Justo, portanto, que o Poder Público através de seus órgãos, principalmente o responsável pelas rodovias, venha atender aos apelos daquela laboriosa população, que muito tem contribuído para o desenvolvimento de nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER que seja oficiado ao Senhor Secretário do Interior e ao Senhor Superintendente da Sanepar, solicitando urgentes explicações técnicas quanto aos critérios aplicados na cobrança da taxa de esgoto, bem como qual a legislação específica que regula a matéria e que permite a supra mencionada cobrança no mesmo padrão do consumo de água. Requer, também, que lhe seja informado os custos reais - sem os compromissos financeiros - do consumo de água e esgoto por unidade/litro.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

No passado, os custos de água, esgoto, luz e telefone eram absorvidos pelo contribuinte de forma mais amena, pois o que representava em seu orçamento familiar era de pequeníssima monta.

Entretanto, nos dias de hoje, com os intermináveis reajustes semestrais tal pagamento passou a ter significativa representação.

As famigeradas cotas mínimas de consumo, os critérios de subsídios de expansão, e a grande parcela de custos financeiros e administrativos têm que possuir um melhor equacionamento por parte dos concessionários.

O fato de explorarem um serviço público de imediata e real necessidade não confere o "status" de dono da verdade.

Há que se melhor dimensionar os critérios adotados, sob pena de, em pouco tempo, estarmos fora de nossas promessas de cuidarmos mais de perto da política social do Estado do Paraná.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 79/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica proibido em todos os estabelecimentos da rede estadual de ensino de 1.º e 2.º graus, bem como aos a ele vinculados, a cobrança de:

I - taxa de matrícula;

II - contribuição comunitária para alunos fora da faixa etária de 7 a 14 anos;

III - contribuição pecuniária para a merenda escolar;

IV - mensalidades para a caixa escolar ou para a Associação de Pais e Mestres, cobradas no ato da matrícula ou posteriormente, sem aquiescência formal dos pais ou responsáveis;

V - material destinado a provas de exame; 1.ª via de documentos, para fins de transferência, de certificados ou diplomas de conclusão de cursos e de outros documentos relativos à vida escolar.

Parágrafo único - A proibição de que

trata este artigo aplica-se também à cobrança sobre locação eventual das dependências dos prédios escolares, no todo ou em parte, por pessoas ou entidades comunitárias não comerciais, ou qualquer outra forma de contribuição em dinheiro.

Art.2.º - Fica proibido em todos os estabelecimentos da rede estadual a obrigatoriedade do uso de uniforme escolar.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) SABINO CAMPOS.

Apoiamento: Roberto Requião, Acir Mezzadri, Dirceu Manfrinato, Irondi Pugliesi, Artagão Mattos Leão, Edgard Pimentel, Homero Oguido, Augusto Carneiro, Márcio Almeida, Tadeu França, Edmar Luiz Costa, José Antônio Fonseca, Mário Pereira, Tadeu Lúcio Machado, Rubens Bueno, Paulo Furiatti, Nilso Sguarezi, Caíto Quintana.

#### JUSTIFICATIVA:

O Artigo 138 da Constituição Estadual diz:

"O Estatuto organizará o seu sistema de ensino observando os princípios da Constituição Federal".

O artigo 176 da Constituição Federal diz em seu § 3.º, II, III:

"§ 3.º - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas:

II - o ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais;

III - o ensino será igualmente gratuito para quantos, no nível médio e no superior, demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos;"

A doutrina e a jurisprudência classificam as normas constitucionais em duas categorias: as "bastante em si" e as "não bastantes em si".

Vicente Rao assim se expressa:

"Leis existem cuja disposição reveste todos os elementos necessários para a sua entrada em vigor, enquanto outras exigem, para este efeito, a criação de novas regras jurídicas, complementares, suplementares, regulamentares, exigência que ora é expressa, ora tacitamente resulta da natureza ou sentido da disposição. As primeiras são ditas "bastante em si", as segundas "não bastante em si". Estas, antes da entrada em vigor das normas complementares, suplementares ou regulamentares, não tem vigência por lhes faltar o elemento necessário à sua atuação". (O Direito e a Vida do Direito - São Paulo, Max Lemonad, 1952, I Vol., 343).

Pontes de Miranda, insigne jurista e homem de letras, afirma:

"Quando uma regra se basta por si mes-

ma, para sua incidência, diz bastante em si. Quando, porém, precisam as regras jurídicas de regulamentação, porque sem a criação de novas regras jurídicas, que as contém, não poderiam incidir e, pois, ser aplicadas, dizem-se não bastante em si"

"Regras programáticas são aquelas em que o legislador, constituinte ou não, em vez de editar uma norma de aplicação concreta, apenas traça linha direta pela qual se hão de orientar os poderes públicos. A legislação, a execução e a própria justiça ficam sujeitas a esses últimos ditames, que são como programas dados à sua função".

Fica claro que as normas dos incisos II e III são programáticas por serem "não bastante em si".

Como nas escolas oficiais o ensino é gratuito, não pode haver cobrança de matrícula, ainda como taxa, se esta se refere a serviços extraordinários.

Assim devem ser eliminados das escolas oficiais a chamada taxa de matrícula, contribuição à merenda escolar e à caixa escolar por se tratarem de abusos - ilegalidades.

O uso obrigatório de uniformes tem causado sérios problemas para os pais trabalhadores, causando principalmente a evasão escolar pela proibição de freqüência às aulas, sem uniforme. Considerando a crise salarial porque passam as famílias, deve ser abolido o uso do uniforme nas escolas oficiais.

#### PROJETO DE LEI N.º 80/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.º - O artigo 61 da Lei Complementar n.º 14 de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.61 .....

Parágrafo único.....

I - Haja completado 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, ou

II - Conte menos de cinco anos de serviço público anteriormente prestado.

Art.2.º - O Artigo 62 da Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.62 - A readmissão será automática, desde que preenchidos os requisitos previstos no parágrafo único do art.61, dependendo apenas de prova de capacidade física, mediante inspeção médica especializada.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

#### JUSTIFICATIVA:



O Estatuto da Polícia Civil de nosso Estado, criado pela Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982, estabelece em seu Capítulo XI a possibilidade de readmissão no serviço público, sem ressarcimento de vencimentos e vantagens, do servidor policial civil exonerado a pedido.

O art. 62, com a sua atual redação, condiciona a readmissão ao interesse da administração policial civil.

Tal critério, porém, não nos parece ser justo.

Isso porque cremos que deve ser assegurada a readmissão automática daquele servidor que foi exonerado a pedido, desde que preencha os requisitos do parágrafo único do art. 61, ou seja: a) - não tenha sofrido punição disciplinar quando do exercício anterior do cargo; b) não tenha completado 55 (cinquenta e cinco) anos de idade; c) conte com mais de 10 (dez) anos de serviço público anteriormente prestado.

Se a ficha funcional do ex-servidor permite a sua volta ao serviço público, não há porque condicioná-la ao puro arbítrio da administração policial civil.

Seu reaproveitamento passa a ser compulsório, o que permite beneficiar o serviço público com o reingresso de funcionário plenamente habilitado, graças à experiência anterior, a bem desempenhar suas atribuições em prol da administração.

Esperamos, pois, contar com o apoio dos Nobres Senhores Deputados para a aprovação do presente Projeto.

PROJETO DE LEI N.º 81/84  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Será contado em dobro, para todos os efeitos legais, até o máximo de 8 (oito) anos, o tempo de serviço de Juiz de Direito, ao exercer cumulativamente as funções de Juiz Eleitoral.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

É fato público e notório o enorme trabalho desenvolvido pelos Juizes de Direito, normalmente assoberbados com o estudo e julgamento de um sem número de processos cíveis e criminais.

Ao acumulares as funções de Juiz Eleitoral, seu regime de trabalho passa a ser verdadeiramente estafante, pela somatória de atribuições paralelas ao serviço judicial, principalmente em época de eleições.

Assim sendo, parece-nos inteiramente justo que seu tempo de serviço seja conta-

do em dobro, para todos os efeitos legais, quando vier a exercer cumulativamente tais funções.

Esperamos, pois, contar com o apoio dos Nobres Senhores Deputados para transformar em lei o presente projeto.

PROJETO DE LEI N.º 82/84  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - É vedado aos Secretários de Estado, Diretores de Economia Mista, Empresas Públicas e Autarquias, perceberem remuneração através de mais uma fonte, a qual quer título, ainda que seja em forma de jetons ou outras vantagens.

Parágrafo Único - Fica ainda proibida aos ocupantes dos cargos ou funções previstas neste artigo, a acumulação de rendimentos oriundos de funções diversas.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Apoio: Nilso Sguarezi, Paulo Furiatti, Artagão Mattos Leão e Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, tem por finalidade estabelecer mais uma norma visando a moralidade no setor da administração pública estadual.

É necessário que os cargos públicos sejam bem remunerados, porém sem subterfúgios, como seja o recebimento por várias fontes, sem que efetivamente se conheça o total recebido por aqueles que desempenham as altas funções públicas, como uma satisfação à população paranaense, que os mantém com seus impostos.

PROJETO DE LEI N.º 83/84  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Jandaia do Sul, o imóvel de propriedade do Estado, constituído pela Data de terras sob n.º 04, da Quadra 70, com área de 560 m², situado na cidade de Jandaia do Sul, matrícula n.º 2.706 - ficha 01 de 20.11.81, Livro n.º 2, do Registro de imóveis de Jandaia do Sul.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O imóvel que se pretende doar ao Município de Jandaia do Sul, foi objeto de



doação do Município ao Estado com finalidade específica do Estado construir e manter uma unidade sanitária no prazo de 180 dias conforme consta da Escritura de doação. Como tal finalidade não ocorreu, e atualmente aquele imóvel se encontra em estado de abandono, pretende o município a reversão do mesmo a fim de ali construir uma creche para beneficiar as crianças carentes da comunidade municipal.

São estas as intenções deste plano de Lei, que temos a certeza, irá receber o apoio e a aprovação desta Casa.

PROJETO DE LEI N.º 84/84  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica criado no Município de Cianorte, o Distrito Administrativo de Vidigal, com as seguintes divisas, e com sede na localidade do mesmo nome:

"Começa no Rio Ligeiro, na foz do Corrego Anão, subindo por este até sua cabeceira, daí em linha reta até alcançar a barra do Corrego Philadentron no Ribeirão Carandaí, daí sobre o referido Corrego até encontrar a foz do córrego Cariagu (ou Coelho) e por este até a foz do Corrego Rodeio, e por este até sua cabeceira, donde segue pela divisa dos lotes n.º 323 e 324, até encontrar a estrada seguindo a referida estrada, até a divisa dos lotes n.º 138 e 259, daí segue por esta divisa até o Corrego Paia, descendo por este até a foz do Corrego Prêa, subindo por este até sua cabeceira, daí segue divisando com os lotes n.º 79 e 80 até a estrada, seguindo pela divisa dos lotes n.º 51 e 52 até o Ribeirão Carandaí, descendo por este até a divisa dos lotes n.º 21 e 22, seguindo por esta divisa até a estrada, e por esta até as divisas dos lotes n.º 464 e 465, e por esta divisa até a cabeceira do Corrego Hedda, descendo por este até sua foz no Ribeirão Cristalina, daí segue descendo por este, até sua foz no Ribeirão Ligeiro e finalmente descendo pelo Rio Ligeiro, segue até a foz do Corrego Anão, ponto de partida".

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 85/84  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - O Art.1.º da Lei Complementar n.º 16 de 09/07/82, mantido pelo seu parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1.º - As promoções por avanço vertical por habilitação de Professores e Especialista de Educação do Quadro Próprio do Magistério, previstas no Art.32, § 2.º, alínea "b", observado o disposto no art.33 e dispensada a exigência do art. 39, todos da Lei Complementar n.º 07, de 22 de dezembro de 1976, com redação dada pela Lei Complementar n.º 13, de 23 de dezembro de 1981, serão efetuadas, em caráter transitório até o ano de 1985, nos meses de outubro de 1982, abril e outubro de 1983, 1984 e 1985.

Art.2.º - Esta Lei Complementar, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16/04/84.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A medida ou proposta tem a finalidade de corrigir injustiça para com os professores que cursam faculdade e que vieram a se formar após outubro de 1983.

Revigorando o prazo para as promoções se estará beneficiando inúmeros professores, em proveito da própria Administração Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) Está finda a leitura do expediente.

No pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A "Folha de São Paulo" na edição de 15 de abril, traz uma matéria de alta relevância para meditação de todos nós. O editor de economia da "Folha" - Aluísio Biondi - escreve dizendo que escândalos no Brasil, são apenas os casos de enriquecimento ilícito, favoritismo, saque aos cofres da Nação que não deram certo.

"Não apenas no setor financeiro, mas em todas as áreas de exportação e importação, da comercialização de estoque de alimentos do governo ao setor habitacional. Essa máxima não foi entendida até hoje pela maior parcela de opinião pública e mesmo por setores influentes dentro dela, que se escandalizam diante dos casos Delfin, Coroa-Brastel, Capemi, Tiepo. Acreditando que eles sejam a exceção e não a regra no dia a dia dessa Nação saqueada.

Essa máxima foi amplamente comprovada pela divulgação de documentos do Banco Central - Realizados pela "Folha" - na última segunda-feira, revelando que nada menos de 240 processos contra bancos e outras instituições financeiras, acusados de todo o tipo de fraudes, foram arquivados nos últimos quatro anos por determinação da diretoria do Banco Central que em mui-

tos casos privilegiou, também, com operações de socorro que prejudicam a toda Nação, porque provocam inflação, porque representam a queima de centenas de bilhões de cruzeiros que poderiam ser investidos para resolver problemas econômicos e sociais."

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Essa nota da "Folha" nos chama a atenção, para o raciocínio, para a meditação de uma grande verdade que ocorre no mundo econômico da Nação brasileira. Via de regra, quando acontecem fatos como a Capemi, como a Coroa-Brastel, como o caso Tiepo, como o rombo do BNCC, nós todos somos levados a acreditar que esses casos são a exceção dentro do mundo econômico que vivemos.

No entanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a afirmativa do editor de economia da "Folha", chama a atenção para um fato novo a ser meditado por todos nós que vivemos nesta Nação saqueada. Nos últimos quatro anos, nada menos, do que duzentos e quarenta escândalos financeiros foram arquivados por determinação do Banco Central. Então, nós chegamos à conclusão, que os escândalos financeiros que chegam ao conhecimento público e ao conhecimento inclusive dos políticos, são, exatamente, as transações imorais na economia que não deram certo e por não darem certo, vieram até a opinião pública.

Fica a pergunta no ar para todos nós meditarmos: mas quantos e quantos favorecidos ilícitos na área econômica de uma Nação saqueada não vêm a opinião pública, por que chegaram a propiciar o estouro? Se nós analisarmos no grupo Coroa-Brastel, aonde Cr\$500.000.000,00 foram injetados para socorrer uma empresa já à beira da falência, pela omissão de dados do próprio Banco Central. Se esse dinheiro tivesse dado certo, até hoje a opinião pública não teria conhecimento desse favorecimento ilícito a uma única empresa.

Nós precisamos no Brasil, moralizar o sistema econômico - com urgência - porque o Poder Público, as autoridades governamentais não têm mais condição moral de pedir ao povo brasileiro sacrifício porque não punem os corruptos, os aproveitadores do suor e do trabalho alheio.

Por isso Senhor Presidente e Senhores Deputados, o nosso desejo de que a moralidade passa a fazer parte da vida nacional.

Era só Senhor Presidente. (~~Sem Revisão do Orador~~).

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Profundamente emocionado com os arrou-

bos democráticos do deputado Erondy Silvério na última sessão desta Casa de Leis, venho a público externar o meu reconhecimento pelo ardor de sua postura em relação a proposta de minha autoria, tentando regulamentar o que por si só já é uma excrescência, a prorrogação dos mandatos municipais por dois anos, para descoincidir a prorrogação anterior feita em nome da necessidade de coincidir o que foi o pleito eleitoral de 15/11/82.

Saliento que minha proposta não haveria de ser incluída na Ordem do Dia desta Casa, sem antes passar pela análise a Bancada do PMDB, e de ser submetida à discussão pelos mais interessados no assunto, os Vereadores paranaenses.

Entretanto, dada a amplitude patética do apelo do Deputado Erondy Silvério, proponho-me a aceitá-lo ao mesmo tempo em que o convido a testemunhar a sinceridade cobrada por Vossa Excelência, também mediante atitudes, assim como das palavras aos atos. Passo a entregar à Mesa Executiva, o pedido de arquivamento de um projeto que ainda estava longe de aparecer na Ordem do Dia, e que em contrapartida Vossa Excelência como antepromissor registre o seu repúdio contra as manobras prorrogacionistas do Governo Federal pedessista, que ostensivamente plantado contra a vontade manifesta da Nação insiste em prorrogar um modelo político e econômico e intrinsecamente falido.

Vamos, Deputado Erondy Silvério, diga que os Presidenciais tipo Andreazza e Malluf, entre outros tantos são aberrações do seu quintal pedessista.

Sinceridade vamos prová-la Deputado, recusando-se a participar direta ou indiretamente do Colégio Eleitoral, expúrio a defender a prorrogação do sistema rejeitado por nossa gente. Coerente com a verdade, não se limite a nota mínima da escala política, omitindo-se contra a máxima pois isto seria coar um mosquito e engolir um elefante.

Aceitei o seu apelo Deputado Erondy Silvério, que Vossa Excelência aceite o meu, para que a mesma incoerência, hipocrisia e falsidade, vomitadas em seu discurso contra mim não lhe chafurde o rosto solidificado pelo tempo com a convivência assessorada pelo "laisse-faire" de todos os desmandos perpetrados há mais de vinte anos, com seu situacionismo pedessista que não tem moral até mesmo para enxergar um cisco no olho de alguém, sem antes arredar a trave plantada no seu próprio.

Muito obrigado. (~~Sem revisão do orador~~).

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, nobre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Das várias ações resultantes do obscurantismo político que o deputado Tadeu França acaba de proferir desta Tribuna, e ao logo destes vinte anos, a educação teve drásticas reduções no que diz respeito aos recursos orçamentários oriundos da União e dos então Governos Estaduais. Tais fatos sempre tiveram propósitos claros e definidos, o de tornar o ensino menos acessível, condicionando aspectos elitizantes e, conseqüentemente, voltados para os interesses das minorias privilegiadas.

Mais do que isso, Senhor Presidente, outro fato também de enorme gravidade, adotado por aqueles que se mantêm no Poder, sem o respaldo popular, é o de impor uma filosofia escolar onde o professorado e os estudantes fossem meros objetos dos chamados modelos educacionais vigentes. Sim, porque é muito mais fácil manipular um povo semi ou analfabeto ou sem consciência crítica do que um povo com clareza política e com condições sociais e econômicas favoráveis. Este último não toleraria as atitudes de um governo distante dos anseios da sociedade como um todo.

Qualquer país que se pense em desenvolver, é imprescindível que a sua maior meta seja uma educação qualitativa, popular e gratuita. Neste sentido, é inegável que o Paraná, hoje, tem procurado, nesta área, definir objetos práticos, visando este difícil mas superável desafio. Para tanto, todos devem se dedicar nesta construção de um novo modelo educacional. É necessário, portanto, assegurar tal participação, a qual sugiro, através do Projeto 34/84 encaminhado a esta Casa, dispondo sobre as eleições para diretores das escolas pertencentes à rede estadual de ensino em substituição de dezessete de junho do ano passado.

Tomando como base as manifestações realizadas pelos que integram as instituições educacionais que, em diversas ocasiões, manifestaram a real necessidade do processo eletivo ser único e exclusivamente direto, livre e secreto, respeitando os resultados verificados dos votantes.

Assim, verdadeiramente, se estará buscando atingir resultados positivos de modo que o sistema educacional brasileiro seja efetivamente obrigatório, com gratuidade total em todos os níveis existentes, sendo, indiscutivelmente, indispensável que se entenda que o ensino seja democrático, onde a reformulação dos currículos e a própria revisão de sua conjuntura seja toda ela avaliada.

Neste sentido, esta proposta visa ir mais além dos conteúdos de envolvimento da comunidade, já que, atualmente, a participação da sociedade sempre foi vista como

relacionada a melhor utilização de recursos locais existentes para que, através da elaboração de todos, se alcance uma pretendida melhoria das condições educacionais.

Tais procedimentos, no entanto, com as devidas considerações, se caracterizam com um processo participativo dos cidadãos, mas não necessariamente como uma prática democrática; o que é imprescindível, por outro lado, é levar a efeito o verdadeiro conceito do exercício conjunto da democratização das decisões, emanadas por todos, apontando os rumos a serem seguidos. Somente assim, estaria seguramente elevando-se as condições estruturais de ensino, cujo interesse é verificável entre todas as associações de professores, pais e estudantes que estão realmente vinculados no consistente processo democrático no seu conceito mais profundo.

Muito obrigado. (~~Se~~ revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - Concedo a palavra ao quarto orador inscrito nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Não tenho procuração em mãos para defender o meu companheiro de bancada, ilustre Deputado e honrado desta Casa, Erondy Silvério. Nem precisa ser defendido a honra de um jovem que Curitiba e o Paraná conhece, Deputado Erondy Silvério. Realmente é estarrecedor ouvir da boca do Deputado Tadeu França o que nós acabamos de assistir nesta Casa, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Usando o Deputado Tadeu França linguajar aético, de "chiqueiro", linguajar que não pode um homem representante do povo usar na tribuna que o povo lhe deu. Ainda mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para responder um discurso brilhante como fez Erondy Silvério a semana passada, dizendo que o Deputado Tadeu França equivocou-se em apresentar um projeto de lei contra os interesses do seu próprio partido, do PMDB, que é contra a prorrogação, que é contra as eleições indiretas. E quando um projeto entra nesta Casa pelas mãos de um Deputado jovem, renovador, inteligente e brilhante, é defendido democraticamente o direito da renovação nas Presidências dos Legislativos Municipais, por um homem democrático como Erondy Silvério, sempre eleito pelo voto do povo, quer como vereador, quer como Deputado desta Casa, Presidente deste Poder, Prefeito Municipal desta Capital interinamente.

Desconheço eu, e desafio algo que desabone o Deputado Erondy Silvério. E ainda mais, que ponha trave na inteligência de

Erondy Silvério. Não tem muito estudo como Vossa Excelência Deputado Tadeu França, mas tem a faculdade da vida, a faculdade do voto, da representatividade legítima, por ter retornado a esta Casa tantas vezes quanto desejou. E o Deputado Tadeu França apresentou realmente um projeto contra os princípios do seu próprio partido. Reconheceu o erro, retira o projeto. Mas não deixou, na sua maneira vingativa de querer atacar a pessoa do Deputado Erondy Silvério, que debateu deste plenário o seu projeto. Mas honrou o seu nome, Deputado Tadeu França. Elogiou seus princípios de renovador. E recebeu em troca pauladas, cacetadas, linguajar baixo, como Vossa Excelência usou.

Não precisa o Deputado Erondy Silvério ser defendido por nenhum dos seus Pares. Nem tampouco tenho procuração. Mas fico satisfeito, honrado e alegre de vir a esta tribuna falar em defesa do Deputado Erondy Silvério, este grande paranaense que sempre tem defendido as eleições diretas e até quando o seu partido, que é o nosso, acha que o momento não é já, mas amanhã, Erondy Silvério bravamente enfrenta a tribuna e defende a legitimidade do povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna, na tarde de hoje, tratar de um assunto da mais alta relevância e que tem, imbutido nele, um daqueles escândalos a que estamos acostumados a presenciar neste País. É a guerra química que o Brasil enfrenta.

O desenvolvimento da agroquímica teve início e expansão logo após a Primeira Guerra Mundial, quando Harber Bosch sintetizou o nitrogênio do ar para fins militares.

Terminada a guerra restou o conhecimento e vastos estoques do produto, aproveitando-se das necessidades das plantas, grandes corporações iniciaram a exploração de produtos desenvolvidos na guerra para fins de agricultura.

Na segunda guerra novamente tecnologias sofisticadas foram desenvolvidas, entre elas as que visavam suprir e viabilizar a guerra química, terminou a guerra, sobraram estoques e conhecimentos que novamente foram aproveitados pelas grandes corporações.

Surgiram a partir de então, perigosos venenos, originalmente criados para matar homens e hoje usados para matar bichos além de homens para os que forem projetados. Venenos que a indústria maliciosamen-

te denomina de defensivos, com o claro objetivo de viabilizar o mais amplo uso ou minimizar o potencial destrutivo e incutir a idéia de defesa, prevenimos o termo agrotóxico que vem de agros campo cultivado e tóxico que vem de veneno, quer dizer veneno para o campo.

O que são esses produtos senão venenos, são venenos, pois envenenam matam e destroem. Operando no País através de seus eficazes métodos de venda e influência, implantaram uma terrível fábrica de dinheiro, periférica agricultura na sua absoluta maioria, multinacionais.

Definiu-se nas Universidades e no meio rural brasileiro, conceitos de agricultura, contrários aos princípios científicos. Viabilizou-se o consumo através da obrigatoriedade do uso para quem quisesse usar dinheiro do crédito rural. Simplificou-se a agricultura por si só, complexa e consequentemente equilibrada. Simplificaram o solo e difundiram o conceito de que seria única e exclusivamente um suporte de plantas. Ignoraram a vida e investiram na morte, o crédito rural que hoje escraviza os produtores transformou-se na principal arma de dominação do setor rural brasileiro, alvissoreiramente contemplar os que vendem para as organizações periféricas da agricultura. Simplificaram o combate aos insetos, diante da premissa que a saída é simplesmente matar o bicho. Ocorre que dentro dessa premissa veio outra: Se eu mato o bicho, não preciso estudar o bicho e prestam um desserviço monstruoso às ciências biológicas e à inteligência nacional.

Implantaram o desequilíbrio ecológico e com isso conseguiram nos tornar dependentes de seus métodos e auferir lucros formidáveis.

Monocultura em detrimento da policultura. Agricultura química em detrimento da agricultura biológica. Resultou em custos maiores, contaminação dos alimentos, da água, do solo e tornaram inviáveis a pequena propriedade, gerando a consequente concentração fundiária e transformando milhares de pequenos agricultores em bóias-frias.

Essa forma predatória, aliadas a uma tecnologia dura e importada de outros países com condições de solo e clima bem diferentes das nossas, transformaram o Brasil num mercado promissor onde já se instalaram praticamente todas as empresas de agrotóxicos do mundo. Estas empresas multinacionais vivem em simbiose com setores do Governo Federal e atuam direta ou indiretamente em todos os níveis, desde a interferência nas definições da política agrícola, ao ensino, à pesquisa e até na extensão rural, permitida na nossa economia. É o setor dos agrotóxicos o carro chefe da exploração. É um faturamento de

Um bilhão de dólares por ano, as empresas multinacionais disputam a fatia no Paraná de trezentos milhões de dólares. Essas substâncias químicas, os agrotóxicos, existem cerca de quarenta princípios ativos diferentes, compondo um arsenal de mais de quatro mil formulações, dos mais diferentes tipos. E estes produtos são adquiridos em qualquer loja comercial do ramo. São na maioria de grande periculosidade para o homem e o meio ambiente. Paralelamente, grande propaganda é feita na intimidade do meio rural. Os efeitos atingem proporções alarmantes. No Paraná, oficialmente morreram mais de trinta pessoas em 1983 e mais de mil e oitocentos, foram parar no hospital intoxicados. Extra oficialmente, este número é muito maior; mas o dimensionamento do envenenamento é dificultado pela presença de sintomas sub-clínicos e lesões ou modificações somáticas ou psíquicas, oriundas da interação dos agressores químicos.

São mascarados especialmente os casos de sintomatologia inaparente; passando despercebida e acabando por inocentar os agrotóxicos, como agentes de risco ocupacional. Provocadores de câncer, de mutações genéticas, conforme comprovam os centros toxicológicos do Rio Grande do Sul ou a "Special Pesticide Revis Division", dos Estados Unidos.

Cientistas de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, estabeleceram correlações estatísticas entre o uso indiscriminado de venenos, e a loucura no meio rural.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, as denúncias que iremos fazer da tribuna da Assembléia Legislativa, serão todas denúncias comprovadas e nós desafiamos os denunciados a nos desmentir, porque temos todas as provas para as denúncias que faremos desta tribuna. Como vem sendo viabilizada a indústria assassina neste País? Em 1974, as indústrias de agrotóxicos que atuam no Brasil, criaram uma associação chamada Associação Nacional de Defensivos Agrícolas. Institucionalizaram o lobby poderosíssimo que atua nas mais diferentes frentes, visando via tráfico de influências manter privilégios como os que possuem em nosso País.

A legislação brasileira que regula o uso, comercialização e industrialização destes produtos, é de 1934, muito antes, portanto, do desenvolvimento das tecnologias em uso. Exatamente da maneira preferida pelo lobby multinacional, os vícios desta legislação são regulados por portarias do Ministro, que dependem única e exclusivamente do Ministro em lançar uma portaria pela manhã, e revogá-la pela tarde.

Embora funcionários públicos comprometidos com a indústria, digam que a legis-

lação brasileira é uma das mais rigorosas do mundo, essa legislação, Senhor Presidente Senhores Deputados, é uma piada. E além de ser uma piada está recheada de falhas que somente beneficiam o setor multinacional.

Alguns exemplos que ferem a dignidade nossa: as multas para as indústrias multinacionais neste País, que desrespeitam a lei, variam de dez centavos a cinco cruzeiros.

O Ministério da Agricultura cobra da Bayer, da Hoechst, da Basff, de todo o complexo multinacional, que chega a fabricar ogivas nucleares, multas que variam de dez centavos a cinco cruzeiros.

O Ministério da Agricultura admite resíduos pequenos para produtos de exportação; e admite resíduos mais altos para o consumo interno. O café, que é um produto de exportação tem uma portaria admitindo dez vezes menos resíduos de agrotóxicos do que ao tomate que não é exportado e é consumido pelo cidadão brasileiro. Admite o uso de produtos no Brasil, proibidos nos países onde estão as indústrias fabricantes. Na Alemanha, vinte e três produtos químicos estão proibidos por uma lei datada de 30 de dezembro de 1980. Estes produtos fabricados por empresas alemãs não podem ser comercializados na Alemanha. Mas, no Brasil, via tráfico de influências, via comprometimento, é permitido o uso em nosso território.

Não mais no Paraná, porque esta Assembléia por unanimidade aprovou uma lei estadual que impede que os produtos fabricados no país de origem sejam comercializados no Paraná.

Mas, o Ministério da Agricultura permite o uso de Aldrin, Toxafeno, de Clordane, de Dieldrin e de Isodrin, proibidos na Alemanha.

E as proibições na Alemanha não foram feitas por emocionalismo não, porque estudos científicos comprovam que estes produtos são perigosos para a saúde humana.

Um produto denominado Temik usado no solo para culturas como o café e a batata, recentemente foi proibido na Flórida, nos Estados Unidos, por terem sido constatados resíduos em rios.

Mas, além de ser permitido o uso destes produtos no Brasil pelo Ministério da Agricultura, este aumentou a permissão do aumento de cota de 10 a 20 kg/ha, para 20 a 40 kg/ha.

Para se ter uma idéia de quanto esse produto é venenoso, bastam 70 mg para fulminar um homem de 70 kg.

Mas, nós vamos mais além, para a irresponsabilidade e a conivência do Ministério da Agricultura e, não adianta nenhum ministro comprometido com a indústria multinacional como é o Ministro da Agricultura

brasileira, senhor Nestor Jost, vir dizer que o Ministério é sério nestas suas afirmativas.

Existem cinquenta e nove marcas comerciais de produtos brasileiros registrados no Ministério da Agricultura de forma irregular pois não possuem tolerância de resíduos de alimentos para os quais foram registrados.

Isto quer dizer Sr. Presidente e Srs. Deputados, que se o laboratório detectar resíduo num alimento, ele não pode fazer absolutamente nada, porque não tem estudos dizendo qual a quantidade mínima de resíduos para aqueles alimentos.

Mas, tem muito mais. Muito mais. O Ministério da Agricultura é incompetente, que registra produtos para a mesma cultura, na mesma concentração variando apenas a quantidade por hectare dependendo do nome da empresa que registra.

Vou dar exemplos, porque temos condições de comprovar. Produto chamado PCNB - uso batata desinfecção do solo. Para o fabricante Benzenex autorizaram 10 kg/ha; Hoescht autorizaram 90 kg/ha; Basf autorizaram 40 kg/ha.

Para o produto Maneb - uso em batata e cenoura. Para o fabricante Agropecuária e Química, autorizaram: 0,7 a 0,8 kg/ha.

Para o Hoescht autorizou 2,0 a 3,0 kg/ha.

O Ministério da Saúde autorizou o uso de um produto chamado Pruritrat a base de um produto chamado lindane que é cancerígeno, para uso farmacêutico, para uso na cabeça das crianças contra sarna e piolho.

Produto cancerígeno conforme o EPA, organização americana que informa que além de ser teratogênico provoca deformações no aparelho reprodutor.

Grande quantidade desses produtos cientificamente são comprovados como cancerígenos.

Existe uma suspeita de que o feijão enviado para o Rio de Janeiro, nos primeiros exames de laboratório demonstraram que possuem de trinta a quarenta partes por milhão do produto Malhation, quando o permitido é oito partes por milhão.

Os efeitos dos agrotóxicos na água e nos alimentos se não causam problemas imediatos eles causam a longo prazo.

O número de estudos afirmando que os produtos são cancerígenos estão aí e as autoridades que dão declarações como a declaração do último domingo, no Jornal do Brasil, do Delegado Federal da Agricultura, no Rio de Janeiro são citações que merecem uma investigação mais profunda pelas autoridades, porque exigem estudos científicos e não reconhecem que o cidadão se alimentando diariamente de produtos contaminados, tem, a longo prazo, doenças das mais graves, entre elas, o câncer.

Diante dessa realidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os Estados brasileiros e o Paraná é um deles: aprovaram legislações estaduais que regulam as falhas da legislação federal.

Iniciou-se então a maior ofensiva já feita neste País por um "looby" multinacional, contra essas leis, e optaram por dois caminhos, primeiro entraram com um Mandato de Segurança contra as leis estaduais, alegando inconstitucionalidade. Estrangeiros preservando as leis brasileiras!

Mobilizaram os seus serviços do Ministério da Agricultura e entre eles o Ministro da Agricultura, Nestor Jost, para a elaboração de um projeto de lei, visando encaminhar uma lei às pressas ao Congresso Nacional, visando anular as nossas leis.

Quem são os envolvidos nesse processo?

Quem são as pessoas que defendem o uso de agrotóxicos com as mesmas palavras do "looby" internacional?

Hélio Teixeira Alves, veterano funcionário do Ministério da Agricultura, defensor intransigente dos venenos agrícolas, constantemente viaja o mundo para conhecer o mundo dos agrotóxicos, Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal.

Lourenço Vieira da Silva, ex-Presidente do INCRA e atualmente Secretário Executivo da ADEF, direto do Governo para o "looby" multinacional.

Marco Antônio José de Souza, cidadão denunciado na edição de hoje da Revista Veja, que veio com um cartão do Senado Federal do Paraná tentar corromper a Secretaria de Agricultura para que não implantasse a Lei dos Agrotóxicos.

Cidadão que veio até o Paraná como porta-voz da ANDEF pedir a não aplicação da lei até o julgamento do Supremo Tribunal Federal. Entre outras, propôs ajuda econômico-financeira não ao funcionário, porque o dinheiro deles é muito grande; propôs ajuda econômico-financeira à instituição Secretaria de Agricultura.

Nestor Jost, mas antes dele Aldo Alves, considerado pai do TREFLAN, no Brasil, alto funcionário da "ELANCO QUÍMICA" hoje na EMBRAPA viabilizando através de donativos da ANDEF o Centro Nacional de Defensivos, instrumento destinado a eternizar o vasto mercado dos venenos no Brasil, que soma hoje a cifra de um bilhão de dólares aproximadamente.

Nestor Jost, Ministro da Agricultura do Brasil, Ministro que não tem compromisso com a Agricultura e nem com o povo, porque tem comprometimento com a BAYER alemã. Entrou na BAYER em 1979 como Presidente do Conselho Geral, conforme podemos comprovar através de documentos.

Ministro que classificou as leis estaduais de demagógicas e que disse que vai

colocar seu peso como Ministro para que o Supremo Tribunal Federal julgue as leis estaduais.

Ministro que afirma, através do Ministro interino, que deixou a BAYER do Brasil um dia antes de assumir o Ministério da Agricultura, mas que, coincidentemente, viaja para a Alemanha na mesma semana em que estão reunidos os Presidentes e Diretores da BAYER Internacional, na Alemanha.

Ministro que defende em Bonn o uso de agrotóxicos na agricultura. Quando o Ministro Nestor Jost deu declarações muito parecidas com a do "looby" internacional, nós imaginávamos que ele estivesse sendo assessorado por algum cidadão da ANDEF diante do Ministério da Agricultura. Mas, pasmem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ele não precisa de assessoramento da BAYER do Brasil, pois ele é a BAYER do Brasil.

Ministro que volta a reafirmar improperios, porque as declarações do Ministro da Agricultura para o "Jornal do Brasil" são declarações que não têm, sequer, sustentação científica, Sr. Presidente e Srs. Deputados. E esta Nação, que infelizmente já se acostumou a, no dia a dia, ver os escândalos por que passa - e infeliz o povo que se acostuma com escândalos - tem diante de si mais um cidadão que naturalmente mesmo tendo abandonado o cargo de Presidente de Conselho Geral da BAYER, um dia antes de assumir o Ministério da Agricultura, continua comprometido porque presidienciou, porque executou em 1979, em 1980, em 1981, em 1982 e em 1983 - portanto, 5 anos - teve na sua diretriz básica o peso de dirigir a BAYER.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as denúncias que fazemos aqui, a denúncia que consta na Revista Veja, da tentativa de suborno a uma instituição do Estado do Paraná, que sirva de alerta aos safados das multinacionais, que não venham com "lobbys", que não venham com dinheiro, que não venham com "stafs" do Ministério da Agricultura porque nesta terra aqui, a exemplo do Rio Grande do Sul e de outros Estados, nós - povo, Assembléia Legislativa - iremos determinar os nossos rumos. Não é mais possível, e nós estaremos ocupando, tantas quantas vezes forem necessárias, esta tribuna para denunciar aqueles homens que se encontram no poder, não a favor do povo, mas a favor de setores - e o pior - multinacionais.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - No horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - A educação é um direito de todos, é um dever do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A questão do ensino público e gratuito, e da privatização da educação, encerra o problema da relação do ensino com o Estado e a sociedade, pautada em concepções não só distintas, mas opostas.

De um lado, temos a concepção, cujo lema fundamental encontra-se na epígrafe deste pronunciamento, defendida pelos estudantes secundaristas, universitários e professores, através de suas entidades nacionais, a UBES, UNE, ANDES e CPB, assim como pelas suas correspondentes em nosso Estado, a UPES, UPE, APP e as Associações de Docentes das Universidades. Esta é uma concepção que se assenta na necessidade de um comprometimento máximo do Estado e da União no sentido de constituir a única medida capaz de garantir um ensino de qualidade, submetido a padrões públicos, não deformado pela mercantilização e plenamente acessível à totalidade da demanda social. Assim, coloca-se a educação como uma das prioridades de qualquer governo, pois se entende que não é possível a uma Nação obter êxito no campo econômico, tecnológico e social sem o alicerce de um povo que se educa através do acesso ao conhecimento e à cultura.

De outro lado, temos a concepção oficial, defendida pelo Regime Militar, que prescreve uma progressiva desobrigação dos Estados e da União para com a Educação, acompanhada da correspondente aceleração da participação privada, em nome da liberdade da iniciativa empresarial e cultural. Dessa forma, o ensino é tratado como mercadoria que se compra e se vende em verdadeiros supermercados educacionais.

E esta concepção não ficou apenas no papel. Ela foi duramente aplicada após o golpe militar de 1964, com base em três linhas mestras: restrição ao máximo, através da limitação de verbas, da rede de ensino oficial, incentivando a proliferação das escolas particulares; implantação gradativa do ensino pago nas escolas oficiais, públicas e gratuitas e violenta repressão a quem ousasse contestar esta política educacional.

Em nosso Estado, nos governos anteriores do PDS, esta política foi acatada integralmente, sem o mínimo questionamento por parte dos governantes.

O Paraná foi pródigo na aplicação da Reforma Educacional do Regime Militar. As escolas estaduais tornaram-se pequenas ditaduras, reprodução fiel do cenário nacional, sem participação da comunidade educacional na eleição dos cargos de direção, sem participação na elaboração dos currículos e dos métodos pedagógicos. Degradaram violentamente o nível de ensino. Instituíram a prática mercenária de cobrança sobre locação das dependências



dos prédios escolares, que são bens públicos, para as entidades ou agrupamentos comunitários. Começaram a cobrança dos materiais utilizados pelos alunos nos exames e também dos documentos e certificados emitidos pelas escolas. Tornaram obrigatório o uso do uniforme, ridícula tentativa de diluir as diferenças sociais através do vestuário, e que só agrava as dificuldades para as famílias de baixa renda manterem seus filhos no estudo. Sorrateiramente começaram a introduzir o ensino pago nos estabelecimentos estaduais, inicialmente através de contribuições voluntárias, que aos poucos vão se transformando em taxas, para depois serem institucionalizadas, como ocorre hoje com a chamada taxa da FUNDEPAR implantada pelos Decretos 4.708, de 06.12.73, e 2.614, de 04.07.80, pelos governos Emílio Gomes e Ney Braga. Esta taxa estipula o pagamento de semestralidade para os alunos fora da faixa etária de 7 a 14 anos.

E tudo isso foi realizado em detrimento do que prega a própria Constituição Estadual no seu artigo 137: "A educação é um direito de todos. Assegurando igual oportunidade para todos, a escola deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana".

Esta conjuntura, aliada à situação de penúria que vive a maioria dos paranaenses e a corrosiva inflação que eleva a níveis absurdos o preço dos materiais escolares, só poderia resultar na preocupante situação porque passa a educação em nosso Estado.

Das 439 mil crianças que ingressaram na primeira série do primeiro grau em 1975, apenas 75.041 conseguiram chegar à oitava série, em 1982. Ou seja, ficaram pelo caminho, atrapalhadas pela repetência ou alijados pela evasão, nada menos do que 354.223 crianças, quase 83% do total. De cada cem alunos que entraram no primeiro grau, em 1975, apenas dezessete conseguiram chegar à oitava série. O quadro é ainda mais angustiante quando se acompanha estatisticamente o movimento daqueles que ingressaram na escola em 1972, chegando em 1982 ao término do segundo grau. Segundo os dados da FUNDEPAR foram 450.875 alunos que se matricularam na primeira série do primeiro grau. Deles, 73.125 chegaram à oitava série em 1979. Mas apenas 36.082 conseguiram chegar ao fim do segundo grau, em 1982. Isto significa que ao longo das oito séries do primeiro grau e três séries do segundo grau, 414.793 alunos foram ficando pelo caminho, equivalendo a quase 92% do total. Apenas 8% conseguiram completar o primeiro e segundo graus. Para cada cem crianças que entram no sistema escolar, saem dele apenas oito jovens. Trata-se de um violento processo de afuni-

lamento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é evidente que esta situação crítica da educação paranaense é em grande parte reflexo da política educacional do governo federal. Sabemos também que a herança deixada pelos governos anteriores do PDS é desalentadora.

Mas, entendemos que o Estado tem condições de solucionar uma série de problemas da estrutura educacional paranaense. Com essa compreensão, temos que elogiar algumas das iniciativas tomadas pela Secretária da Educação, Gilda Poli, no sentido de romper com a antiga estrutura arcaica e antidemocrática, através de medidas como as eleições diretas para a diretoria das escolas, mesmo que ainda de forma limitada, a campanha de expansão do número de alunos matriculados, o tratamento mais digno concedido aos professores e estudantes e a ampliação do número de famílias carentes isentas do pagamento da taxa da FUNDEPAR.

Todavia, no que diz respeito a avançar na democratização do acesso a todos à educação, criando inclusive melhores condições para a permanência dos alunos nas escolas, essas medidas ainda são insuficientes.

Justamente neste caminho é que apresento minha contribuição, através do projeto de lei entregue à Mesa, que determina expressamente a proibição em toda a rede estadual de ensino de 1.º e 2.º graus da cobrança de taxa de matrícula, contribuição para a merenda escolar, material destinado a provas de exame, documentos ou certificados expedidos pelas unidades de ensino. Proíbe também, a cobrança sobre locação das dependências dos prédios escolares para agrupamentos ou entidades comunitárias e elimina a obrigatoriedade do uso do uniforme escolar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, acredito que este projeto de lei não apresentará a solução para todos os problemas relativos à democratização do acesso à educação, mas sem dúvida, ele contribuirá sobremaneira na transformação de uma realidade que atualmente produz a lamentável cifra de 25,87% de analfabetos na população paranaense, sem considerar os menores de cinco anos, e sem levar em conta, também, o imenso número de cidadãos que tiveram alfabetização deficiente, devido à péssima qualidade do ensino ou à interrupção forçada de seus estudos."

Acreditamos com isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de estarmos contribuindo para que seja cumprida alguma das coisas que o nosso Partido pregou durante a campanha para as eleições em 82, que seria de lutarmos e trabalharmos juntos pela comunidade do Paraná, para que



toda a população do Paraná e do Brasil um dia venha ter ensino gratuito em todos os níveis, e começamos pelo Paraná, tentando com esse projeto, começar a pagar mais um pouco de nossa dívida social que não compete só a nós, mas compete ao Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do espaço restante. (Declina).

Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu horário. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup>-DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 21/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 32/82), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Quedas do Iguaçu, áreas de terras que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 215/83, de autoria do Deputado Basílio Zannusso, que denomina "ESCOLA ESTADUAL EURIDES CAVALCANTI TENÓRIO", Ensino de 1.º Grau, na cidade de Cruzeiro do Sul. Com PA-

RECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 218/83, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REVERENDO DARCY MIRANDA GONÇALVES"-AMAS", com sede e foro na cidade de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 220/83, de autoria do Deputado Trajano Bastos, que declara de utilidade pública o "GRÊMIO DOS MORADORES DO PARQUE RESIDENCIAL FAZENDINHA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 110/83, (Mensagem n.º 110/83- ex-Proposição n.º 105/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução do "PROSAFRAS" exercício de 1983. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.º 113/83, (Mensagem n.º 98/83- ex-Proposição n.º 98/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08.07.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 114/83, (mensagem n.º 129/83- ex-Proposição n.º 129/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo Aditivo n.º 01, de 01.09.83, ao Convênio celebrado em 13.06.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e o Município de Jardim Alegre, objetivando execução do "PRONOROESTE"- **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 115/83, (Mensagem n.º 148/83- ex-Proposição n.º 135/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Município de Agudos do Sul, objetivando a

realização da Festa de Hortigranjeiros.  
Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 116/83, (Mensagem n.º 145/83- ex-Proposição n.º 121/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução do "PROSAFRAS", exercício de 1983. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 117/83, (Mensagem n.º 109/83- ex-Proposição n.º 104/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio celebrado em 03.09.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Campo Largo, objetivando regular a prestação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos, na área desse município. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 223/83, de autoria do poder Executivo (Mensagem n.º 141/83), que dispõe sobre acréscimo de tempo aos Policiais-Militares dos Quadros da Polícia Militar do Estado, cujo ingresso, como requisito básico, exija curso de nível superior, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.R.H., por unanimidade. **Aprovado.** (D.A.n.º 132, de 22.11.83).

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.223/83.

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - A contagem dos anos de serviço do policial-militar dos Quadros para cujo ingresso na polícia militar do Paraná seja requisito básico possuir curso de nível superior, será feita com o seguinte acréscimo:

- (um) ano para cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado, até que esse acréscimo complete o total de anos de duração normal do curso de nível superior, sem superposição a qualquer tempo de serviço militar ou público eventualmente prestado durante a realização do referido curso.

Parágrafo Único - O acréscimo a que se refere este artigo será computado somente no momento da passagem do policial-militar para a situação de inatividade, e, nessa situação, para todos os efeitos legais, inclusive quanto à percepção definitiva de gratificação de tempo de serviço e adicional de inatividade.

Curitiba, segunda, em 16/04/84

Art.2.º - Para os efeitos desta Lei, "anos de efetivo serviço" é a expressão que designa o tempo de serviço, computado dia a dia, entre a data de inclusão e a data de limite estabelecida para a contagem ou a data do desligamento do serviço ativo, mesmo que tal espaço de tempo seja parcelado.

Art.3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 223/83

Oriundo de Mensagem Governamental n.º 141/83, o projeto de lei que ora relatamos dispõe sobre acréscimo de tempo aos policiais-militares dos quadros da Polícia Militar do Estado, cujo ingresso, como requisito básico, exija curso de nível superior.

Em obediência à Legislação Federal, o anteprojeto foi examinado pela Inspeção Geral das Polícias Militares Órgão do Estado Maior do Exército, que opinou favoravelmente.

A própria justificativa encaminhada com a Mensagem Governamental, mostra ser o plano adequado à manutenção de um fluxo de promoções contínuo e equilibrado, "criando instrumento que irá contribuir para melhorar substancialmente as perspectivas de carreira para o referido Quadro".

Nestas condições, obedecidos os preceitos constitucionais e legais, e não havendo vício quanto à iniciativa, somos pela APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ANIBAL KHURY

Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 223/83

O Projeto de Lei n.º 223/83, tem por objetivo adicionar 1 (um) ano de serviço para 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado pelos policiais-militares integrantes de Quadros em que a habilitação em curso superior seja condição "sine-qua-non".

Adite-se ainda, a circunstância de que a medida alcança Oficiais do Quadro de Saúde compreendendo Médicos, Dentistas, Veterinários e Bioquímicos e que estão impedidos de frequentarem cursos de Aperfeiçoamento e Superior de Polícia, por força do Decreto Federal n.º 66.862, de 08 de julho de 1970, e, ainda, o fato das Forças Armadas, através da Lei Federal n.º 6.880, de 09 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares (Art. 137, item II, § 2.º) e poli-

cias militares de outros Estados da Federação contemplarem com idêntica medida.

Temos para nós que a proposta está elevada de justiça, razão pela qual, em nossa opinião, a medida encontra-se em condições de receber a aprovação por esta Casa.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.12.83.

(aa) FIORI LUIZ- Presidente

RUBENS BUENO - Relator.

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 223/83

A matéria de que trata o presente Projeto de Lei tem por finalidade estabelecer normas sobre o acréscimo de tempo aos policiais-militares conforme estabelece.

Analisando-se o teor da proposição, através da justificativa encaminhada pela Mensagem Governamental 141/83, temos que no setor dos recursos humanos, o Plano de Lei é compatível e meritório, visando estender benefícios de norma federal, já em vigor, aos integrantes das carreiras policiais-militares, da nossa briosa Polícia Militar.

Com isso, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das comissões, em 20.12.83.

(a) ODENI MONGRUEL- Presidente-Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 226/83, de autoria do Deputado Acyr Mezzadri e Outros, que dispõe sobre obrigatoriedade da publicação dos resultados das licitações promovidas pelos órgãos Públicos Estaduais, inclusive os de administração Indireta, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (D.A. n.º 131, de 21.11.83).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 226/83

O Projeto de Lei em pauta, de autoria do nobre Deputado Acyr Mezzadri, pretende tornar obrigatória a publicação dos resultados das licitações promovidas pelos órgãos do Estado.

No que concerne à apreciação desta douta Comissão de Constituição e Justiça, que deve se manifestar quanto aos aspectos legais e constitucionais da matéria, não encontramos nada que obste a tramitação da mesma.

Neste sentido, opinamos favoravelmente ao referido projeto de lei e somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente.

IVAN GUBERT - Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º

228/83, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que dispõe sobre o número de Vereadores da Câmara Municipal de Reserva e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 228/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- A partir da próxima Legislação, a Câmara Municipal de Reserva passa a contar com nove (09) Vereadores.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1983

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 133/83.

A proposição em exame, oriunda de Ofício de n.º 3956, do Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, encaminha decisão proferida nos autos de n.º 8618, Classe 5.ª, Reserva- 39 Zona Eleitoral, referente a pedido de regularização do número de cadeiras do Poder Legislativo do Município de Reserva.

O Acórdão n.º 13.550, daquele Tribunal Regional Eleitoral, toma conhecimento da Representação pela Juíza Eleitoral da 39.ª Zona, dando conta do número irregular de vereadores do citado Município de Reserva, determinando a sua transmissão à Assembléia Legislativa, para as medidas cabíveis.

O parecer emitido pelo Juiz Relator, Doutor Moacir Guimarães, foi examinado pelo Gabinete da Consultoria Legislativa deste Poder, que opinou pelo encaminhamento da matéria a esta Comissão, que tem competência para analisá-la.

Concordando plenamente com os dois pareceres acima citados, opinamos no sentido de que seja apresentado por esta Comissão o Projeto de Lei anexo, que regularizaria a questão.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente

JOSÉ ANTONIO FONSECA- Relator.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Francisco de Paula Xavier Filho, ocorrido no dia 16 de abril do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nelson Buffara e Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto

de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Gorski, ocorrido no dia 13 de abril do corrente ano, no Município de Cascavel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Idalina Scherer, ocorrido no dia 06 de abril do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Oscar Virmond de Arruda, ocorrido no dia 15 de abril do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Oscar Virmond Arruda, ocorrido no dia 15 de abril do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Gorski, ocorrido no dia 13 de abril do corrente ano, no Município de Cascavel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, ocorrido no dia 16 de abril do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Gorski, ocorrido no Município de Cascavel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José de Souza Valente, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Oscar Virmond de Arruda, ocorrido no dia 15 de abril do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando a suspensão da tramitação do Projeto de Lei n.º 36/84, e o seu posterior arquivamento em definitivo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 73/83, que declara de utilidade pública, a augusta e respeitável Loja Maçônica LOTUS n.º 1284, "O Direito Humano", nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o cancelamento do pedido de suspensão da sessão plenária do dia 25 de abril do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário do Interior e Superintendente da SANEPAR, encarecendo explicações técnicas quanto à cobrança da taxa de esgoto. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários da Educação e da Administração, encarecendo a construção de um módulo escolar no Município de Ipiranga. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico na Inspeção Estadual de Educação, no Município de Tibagi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico na Escola Estadual Telêmaco Borba - Ens. de 1.º Grau, no Município de Tibagi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a ligação asfáltica da estrada que liga Formosa do Oeste, passando por Bela Vista a São Joaquim, até o Município de Nova Aurora. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da rodovia que liga os Municípios de Mirassol a Centenário do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário da Segurança

Pública, encarecendo melhores condições para o funcionamento da 18.<sup>a</sup> Sub-Divisão Policial do Município de Telêmaco Borba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Acyr Mezzadri e Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários da Agricultura e da Indústria e Comércio, no sentido de que seja formado um grupo de trabalho com a missão de estudar o aproveitamento do trigo e do milho a partir de moinhos coloniais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidentes dos Diretórios Regionais paranaenses de todos os partidos políticos, encarecendo manifestação contrária a proposta de enquadramento do Senhor Deputado Estadual Roberto Requião, na Lei de Segurança Nacional. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a implantação do Projeto Galha Azul no Município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a construção da rodovia Cambé-Vila Prado Ferreira, no Município de Mirassolva. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria de Administração, encarecendo a realização de obras na Escola Estadual Polivalente no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a construção de canchas polivalentes no Município de Juranda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a conclusão de uma quadra esportiva existente na Escola Sales de Oliveira, no Município de Campina da Lagoa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do ITC, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a implantação e orientação técnica para a criação de peixes no Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 066/83, que estabelece a aplicação de correção monetária e juros dos débitos decorrentes de faturas referentes a obras e serviços de engenharia executados para o Estado do Paraná e seus órgãos da administração direta e indireta. **Em discussão.**

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela Ordem) -- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo providências através da EMOPAR, objetivando reparos no Colégio Doze de Novembro - Ens. de 1.º e 2.º Graus, no Município de Realeza. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nilso Sguarezi e Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líderes do PMDB e PDS, constante do expediente, solicitando a suspensão da Sessão do dia 19 de abril do corrente ano, para que nesta data sejam realizadas reuniões das Comissões. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Administração, encarecendo a realização de obras de reparos, reconstruções e adaptações de prédios pertencentes à rede estadual de ensino do Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Administração e Presidente do IPE, encarecendo a instalação de uma agência daquele Instituto no Município de São Pedro do Ivaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Administração e Presidente do IPE, encarecendo a instalação de uma agência daquele Instituto no

Município de Grandes Rios. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Márcio Almeida, Homero Oguido, Fiori Luiz e Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro das Comunicações, encarecendo atenção ao plano de expansão do SERCOMTEL do Município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo informações sobre o projeto da estrada que liga os Municípios de Vera Cruz do Oeste a Toledo, a chamada estrada da integração do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Curitiba, segunda, em 16/04/84

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.<sup>os</sup> 110/83, 113/83, 114/83, 115/83, 116/83, 117/83.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.<sup>o</sup> 223/83 e dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 226/83 e 228/83.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 230/83, 238/83, 239/83, 240/83, 242/83 e 253/83, e dos Projetos de Resolução n.<sup>os</sup> 98/83, 118/83, 125/83 e 133/83.

Levanta-se a Sessão.